

Reitor pede plebiscito para aprovar capítulos da futura Constituição

Belo Horizonte — O reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Horácio Macedo, defendeu, durante debate nesta capital, a realização de plebiscitos para aprovação dos capítulos da nova Constituição referentes à educação, ciência, tecnologia, meio-ambiente e informática. Criticou a proposta da comissão Afonso Arinos, de reservar apenas 50% das vagas das universidades públicas a alunos carentes, e revelou que dentro de um mês os reitores apresentarão aos constituintes o capítulo sobre educação que a comunidade acadêmica quer ver incluído na nova Constituição.

A Constituição deve deixar explícita a responsabilidade do estado com o ensino do primeiro ao terceiro grau e garantir a sua gratuidade, segundo Macedo, que participou, no **campus** da Universidade Federal de Minas Gerais, de dois debates com estudantes de letras e de ciências biológicas. O reitor da UFRJ defendeu ainda que conste da Constituição e não de lei ordinária, para que seja respeitada, a autonomia da universidade. O escritório do **lobby** dos reitores na Constituinte está funcionando desde o início de fevereiro na Universidade de Brasília.

Privatizante

“A proposta da comissão Afonso Arinos tem pontos positivos e negativos. No que se refere à educação, ela é um retrocesso, porque prevê uma educação privatizante. Mas não acreditamos que ela vá servir de base para a Constituinte”, afirmou Macedo. Apesar do “perfil conservador” da Constituinte, o reitor da UFRJ se mostrou otimista com a possibilidade de as propostas da comunidade acadêmica serem aprovadas.

O Centro Estadual de acompanhamento da Constituinte (CEAC) está funcionando na UFGM e distribui informações para núcleos semelhantes criados em todas as faculdades públicas do estado, revelou seu coordenador, Fernando Massote. As informações são recebidas de um plantão permanente, montado na Universidade de Brasília, cujo objetivo é manter contato com os constituintes e não permitir que nenhum assunto de interesse da comunidade universitária seja aprovado sem seu conhecimento.

“Nós não pretendemos discutir teses com os constituintes, mas apresentar textos já prontos de artigos para serem votados,” explicou Macedo.